
Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação

El concepto como signo: elemento semiótico para el análisis y mediación de información

Concept is a sign: a semiotic element for information mediation and document analysis

Carlos Cândido de ALMEIDA

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciência da Informação, Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Marília, São Paulo, Brasil, CEP: 17525-900, carlosalmeida@marilia.unesp.br

Resumen

La organización del conocimiento promueve avances en el estudio teórico y aplicado del concepto. En este trabajo se explora la cuestión de las bases semióticas en la organización, la mediación y la comunicación de la información, centrándose en el significado pragmático-semiótico del concepto. Se concluye que las formas de organizar la información y el conocimiento que buscan poner de relieve el significado del lenguaje utilizado por una comunidad deben reconocer las disposiciones semióticas de los conceptos.

Palabras clave: Conceptos. Signos. Semiótica. Organización del Conocimiento. Mediación de la información.

1. Introdução

Entre os objetivos centrais do papel social da Ciência da Informação está o de organizar a informação registrada, promover formas de ordenar o conhecimento produzido nos diversos campos do saber, além de mediar a informação, materializada ou não, às pessoas interessadas. A comunicação na sociedade complexa depende destes mecanismos de organização: a representação da informação pela extração de conceitos que refletem os assuntos dos documentos e a elaboração de diagramas conceituais ordenados que suscitam o arranjo contextual do conhecimento na realidade.

A Organização do Conhecimento é um campo de pesquisa e de prática profissional no interior da Ciência da Informação que deve empreender projetos de organização do conhecimento. Esse campo associa-se à Organização da Informação cujos estudos principialem referem-se ao conteúdo temático do documento, sua representação e classificação, no sentido de oferecer aos demais núcleos de pesquisa da Ciência da Informação (Recuperação e Mediação da Informação) aplicações e estratégias mais adequadas a acessar informações condizentes às expectativas dos usuários.

Abstract

Knowledge organization promotes advances in theoretical and applied study of concepts. This paper explores the question of semiotic backgrounds of knowledge organization, informational mediation and communication, focusing on the pragmatic-semiotic meaning of concepts. We conclude that organizing information and knowledge approaches that seek to emphasize the meaning of language used by a community must to recognize the semiotic characteristics of concepts.

Keywords: Concepts. Signs. Semiotics. Knowledge Organization. Information mediation.

A análise documental de conteúdo compreende os processos de análise, condensação e representação e gera como produtos termos de indexação (representações de conceitos), índices e resumos. Gardin (1966) e Chaumier (1971) dividiram a análise documental de conteúdo nas etapas de extração e indexação, esta última tratando da produção de representações indiciais do conteúdo dos documentos. Mais recentemente, Guimarães (2003) segmentou os processos nas seguintes etapas: analítica, que compreende a leitura técnica e identificação de conceitos, e sintética, a qual prevê a seleção de conceitos, a condensação e representação documental. Essa última etapa, completa e abrangente, incorpora na análise documental de conteúdo o procedimento de elaboração de resumo, tipo de representação mais informativa dos documentos.

O acesso à informação dos documentos requer que as áreas intermediárias de análise documental de conteúdo e de mediação sejam planejadas e bem fundamentadas. Para tanto, estes campos devem refletir sobre a natureza teórica de um de seus termos capitais: o conceito, ou unidade simbólica de conhecimento. A Organização do Conhecimento promoveu avanços teóricos (Dahlberg, 1978ab) e aplicados

(Campos e Gomes, 2005) para a compreensão do conceito. Tal campo entende o conceito como uma entidade que pode representar a realidade e o conhecimento. Contudo, a comunicação e a mediação da informação, condicionadas a um relativismo, definem conceito de uma maneira mais flexível, e não tão próspera para representar o real e o conhecimento, na medida em que o conhecimento avança continuamente, por isso mesmo inadequada a qualquer forma de acomodá-lo semanticamente. A despeito desse entendimento radical, sem a estabilidade conceitual, qualquer comunicação seria improvável.

Neste trabalho, procuramos explorar a questão dos fundamentos semióticos presentes na organização do conhecimento e na comunicação da informação, enfocando o significado pragmático-semiótico do conceito, entidade teórica central nos estudos da Ciência da Informação. Essa breve contribuição pertence à pesquisa “Fundamentos Semióticos de Análise e Mediação da Informação”, que pretende investigar os fundamentos semióticos dos processos de análise e mediação da informação. O objetivo central da pesquisa, da qual este trabalho faz parte, é conhecer e analisar os fundamentos semióticos dos processos de análise e mediação da informação, no âmbito da Ciência da Informação, recorrendo a uma análise da literatura pertinente.

É digno de nota que os estudos semióticos de análise documental de conteúdo estão relacionados aos trabalhos de Mai (2000, 2001) e Izquierdo Arroyo (1990, 1992, 1993). Os trabalhos no sentido de um tratamento semiótico dos processos de análise documental de conteúdo iniciam-se na década de 1980. Em um artigo de 1992, Izquierdo Arroyo apresentou a preocupação com a estruturação conceitual da Semiótica Documental. Segundo Izquierdo Arroyo (1993, p. 200), a Semiótica Documental é o marco acolhedor das denominadas Ciências do Texto em sua aplicação ao tratamento documental. Por texto, Izquierdo Arroyo (1993, p. 201) entende a representação física do discurso, escrito ou oral, e por Ciências do Texto compreende pelo menos a Linguística textual e as Ciências Cognitivas.

A abordagem da Semiótica Documental intenta reconstituir o papel da tríade expressão/conteúdo/referente. Para estruturar a Semiótica Documental, propõe substituir a Linguística textual, por não cobrir estes planos por completo: o plano de expressão (as palavras), o plano do referente (as coisas), e a base mediadora entre língua e mundo referido, o discurso ou plano de conteúdo (Izquierdo Arroyo, 1993,

p. 202). A vantagem da proposta semiótica de Izquierdo Arroyo à análise documental de conteúdo é conceber as variáveis extralinguísticas para a formação do significado, além disso, presume uma ampliação da noção de texto, a qual encontra anteparo na Semiótica.

Sendo assim, nossa análise do conceito insere-se nas abordagens e modelos semióticos presentes na área, em especial, dentro da Organização do Conhecimento. Reconhecendo a diversidade de linhas teóricas dentro da Semiótica, assumimos antecipadamente a matriz conceitual de Charles S. Peirce (1839-1914), entendendo o conceito como um tipo especial de signo, nem mais nem menos importante que as demais classes de signos.

2. Signo, Semiótica e Pragmatismo

A Semiótica (teoria geral dos signos) é uma ciência formal que procura conhecer todos os tipos de signos presentes na natureza e na cultura. Sabemos que a teoria dos signos tem duas matrizes principais, uma derivada do estruturalismo linguístico e outra ligada à Lógica. A matriz lógica vincula-se ao trabalho do filósofo estadunidense Charles Peirce. Concebida como uma ciência formal, a Semiótica peirceana está subdividida nos ramos: Gramática Especulativa, Lógica Pura e Retórica Especulativa, ou segundo Marafioti (2005): Gramática semiótica, Lógica Crítica e Retórica Universal.

A teoria da Semiótica de Peirce está baseada numa teoria dos fenômenos, tais como estes aparecem à mente do observador, estabelecendo para o conhecimento dos fenômenos três categorias: primeiridade (qualidade e sensação), secundidade (fato e existência) e terceiridade (razão e pensamento). Todas as classes de signos dependem dessa configuração categorial.

O conceito fundamental da teoria é a abordagem triádica do signo. Reportando-se ao objeto e ao efeito interpretativo do mesmo, Peirce sustenta que o signo não pode ser explicado fora desta relação triádica. Associados às entidades, temos os tipos de signos vinculados aos eixos signo (quali-signo, sin-signo e legi-signo), objeto (ícone, índice e símbolo) e interpretante (rema, dicente e argumento). Esses tipos podem ser combinados de modo a gerar outras classes. Peirce estudou profundamente dez dessas classes.

Um vínculo pouco examinado nos estudos da Semiótica na Ciência da Informação, é o Pragmatismo de Peirce, ou o método de fixação e esclarecimento de ideias. O pragmatismo inten-

ta certificar-se dos significados de pensamentos, ideias e conceitos, para tanto, sugere somar os efeitos práticos resultantes da ação do pensamento. A máxima do pragmatismo prescreve: “Considerar os efeitos práticos que possam pensar-se como produzidos pelo objeto de nossa concepção. A concepção destes efeitos é a concepção total do objeto.” (Peirce, 1980, p. 5). O que realmente move o pensamento a uma representação mais ajustada são coisas perceptíveis e sensíveis. O conhecimento está condicionado à ação humana, portanto toda ação de conhecimento está relacionada ao aspecto prático, objetivo e pertinente à realidade.

3. Conceito como signo

Para examinar a condição sígnica do conceito devemos pensá-lo a partir dos seguintes temas peirceanos: o fundamento do signo, o símbolo como definição formal de conceito, o legi-signo simbólico remático como classe da qual pertence, a definição de conceito em comunidades científicas e o teste pragmático.

Antes, porém, vamos elencar alguns elementos da definição geral de conceito. O conceito restringe a variedade das descrições de certos fenômenos semelhantes, seu conteúdo explicita o que uma comunidade específica compreende por algum termo, além de ter um papel essencial na formação da linguagem científica e técnica. Um conceito em uma área técnica ou comunidade científica contém ideias consensualmente associadas a um conjunto determinado de fenômenos. Em outras palavras, conceituar significa descrever, escolhendo uma única unidade para representar uma ideia, por isso, é reduzir os significados potenciais a um grupo específico de pessoas.

Na Ciência da Informação, por influência da Organização do conhecimento e da Terminologia, o conceito é visto como a unidade indivisível de conhecimento, aquela que representa os objetos da realidade e representa o teor de significado e sentido de um termo científico e especializado. Dahlberg (1978b) fez uma distinção pouco semiótica entre conceitos individuais (como Universidade de São Paulo e Santos Futebol Clube) e conceitos gerais (universidade e time de futebol), tal divisão parece auxiliar a compreensão da relação que o conceito estabelece fenomenologicamente com objetos individuais e objetos gerais.

O conceito enquanto signo refere-se a um fundamento. O signo compartilha com o objeto um aspecto, uma qualidade ou uma característica. É impossível possuir todos os aspectos do objeto, pois caso isso ocorresse, o signo seria o

próprio objeto. O fundamento do signo determina e restringe a cadeia ininterrupta de interpretação - ou semiose - por um instante e o signo é assim determinado em uma ideia geral. O fundamento do signo pode ser entendido como um aspecto particular que em uma comunidade de intérpretes é definido como o interpretante ideal de um conjunto de objetos ou fenômenos.

Mas o conceito não é formado apenas por qualidades. Na tipologia dos signos, Peirce dá um espaço importante aos chamados signos de convenção. O conceito é um produto da convenção e da formação de hábitos, mais do que resultado de simples qualidades, mesmo que estas caracterizem e individualizem o conceito em uma rede de conceitos. Sendo assim, o conceito é um *símbolo*, resultante da união entre signo e objeto, ou da segunda tricotomia, que estabelece também o ícone e o índice.

O símbolo é uma convenção que traz ideias associadas sobre os objetos dos quais se refere. Em 1867, em “Uma nova lista de categorias”, Peirce assevera que há três tipos de representações: semelhanças, índices e símbolos. Os símbolos seriam “Aqueles cujo fundamento da sua relação com os objectos é um carácter imputado, sendo tal como os signos gerais, essas representações podem ser chamadas de símbolos” (Peirce, 1998, p. 23). Para a Lógica, os símbolos e os conceitos são um tipo de signo. O carácter imputado é uma convenção forçadamente estabelecida.

Há muitos elementos que merecem ser destacados na definição de símbolo, do qual o conceito é um tipo. Primeiro, o símbolo é regido por uma lei, através da qual sugere sempre a mesma ideia a ser interpretada como se referindo ao objeto. Essa lei foi construída por uma regularidade das formas de atribuir significado a objetos ou fenômenos semelhantes. Segundo, todo símbolo será uma lei, portanto um legi-signo (signos de lei). Uma palavra ou expressão é em si mesma um legi-signo, é uma convenção, regra, antes mesmo de ser levado em conta seu conteúdo semântico. Os vocábulos utilizados na linguagem corrente, sem referência ao sentido, são legi-signos, pois tomamos como regra que aquele conjunto específico de letras ou fonemas formam uma unidade convencional em uma dada língua. Mas o símbolo depende de substitutos para existir, isto é, réplicas. Nesse sentido, cada vez que utilizo a palavras “signo” neste texto que agora escrevo, estou me valendo de uma réplica “s-i-g-n-o” que materializa a regra geral (conceito) representado pelo legi-signo e pelo símbolo.

Associado à definição do símbolo pelas regras, temos um outro elemento, o hábito. Conceitos como símbolos dependem da formação de hábitos, os quais estabelecem as regras de associação e de aproximação do *representamen* com o objeto. Esse dispositivo se desenvolve no tempo, um símbolo não seria nada sem a força do hábito, e um conceito não seria mais que uma ideia vazia, sem referência a um objeto, sem a faculdade do hábito inclinar nossa mente a reconhecer a conexão.

As classes de signos, um aprofundamento dos tipos de signo, foram estudadas por Mai (2001) na indexação de assunto, contudo aqui destacamos um tipo especial de classe que para nós melhor explica a condição semiótica do conceito: o *legi-signo simbólico remático*. Se o símbolo, juntamente com o ícone e o índice, enquanto tipos de signos, descrevem elementos para o entendimento do conceito, a classe em questão o categoriza dentro da Gramática Especulativa.

O legi-signo simbólico remático é uma regra ou lei antes de sua relação com o objeto. Essa relação será de caráter convencional, por isso símbolo e o conteúdo do interpretante será dependente do contexto de enunciação ou do sintagma que será um indicativo de existência ou dicente.

Na Semiótica de Peirce, quando é mencionado “termo geral”, não se está querendo dizer a entidade expressiva ou significante que deve conter uma outra face que é o significado, a moda de Saussure. Termo geral como o conceito é visto apenas em sua relação com o objeto do qual se refere, ou procura manifestar algumas características. Ao contrário de Dahlberg (1978a, p.13, 1978b, p. 102), que separa conceitos individuais e conceitos universais, a natureza mesma do conceito é ser universal. Em ambos os conceitos há um elemento de generalidade (legi-signo), podemos dizer com base na Semiótica de Peirce que o conceito individual de Dahlberg nada mais é do que uma ocorrência ou réplica porque os predicados deste são os mesmos daquele, adicionado agora elementos de determinação e de indicação.

A réplica do conceito, definida inapropriadamente como conceito individual, é um Sinsigno Indicial Remático (signo que trata do objeto da experiência que dirige atenção para o objeto), um evento que traz à mente uma ocorrência que suscitará a formação do conceito geral. Assim, a divisão estabelecida entre conceitos individuais e conceitos universais podem ser examinadas a luz da Semiótica, com os conceitos de legi-signo (um tipo geral ou lei que é um signo) e sin-signo (uma ocorrência). Uma leitura da composição

do símbolo pode revelar que nomes próprios, exemplos de conceitos individuais são legi-signos que chamam a atenção para o objeto que leva o nome e requer uma afetação direta do objeto. Podemos sugerir que esta modalidade denominada de conceito individual é um legi-signo indicial remático.

O conceito é um produto do símbolo na medida em que este depende de alguns hábitos ou inclinações mentais para assim ser interpretado. A Semiótica de Peirce nos ensina a não identificar as classes de palavras apenas a uma categoria, pois em cada instante ou perspectiva elas pertencerão a tipos de signos determinados. Como exemplo, o próprio conceito é ao mesmo tempo convenção do ponto de vista da expressão ou do código utilizado para se enunciar, é um existente na medida em que surge no tempo e no espaço e tem a capacidade de referir-se a um conjunto de ideias (competência indicial), além de sugerir qualidade do objeto (ícones), mesmo que estas não sejam definitivas.

Essa performance das classes dos signos é garantida pela teoria fenomenológica. Pois o mesmo signo pode variar de categoria, conforme o que se pretende tornar sobressalente. Desse modo, o conceito seria produto da terceiridade, mas sem descuidar da primeiridade, como pressupõe o rema ou signo de possibilidade.

Em a *Ética da Terminologia*, de 1903, Peirce (2000, p. 39-40) argumenta que o símbolo ou conceito científico é uma coisa viva, pois cresce, incorpora novos elementos e deixa outros. O progresso da ciência e da comunidade está na colaboração entre as mentes e na liberdade intelectual. Peirce (2000, p. 40) ainda sustenta que cada novo conceito científico deveria receber uma nova palavra e que a responsabilidade de fundamentá-la é do criador. Acreditamos como fundamental nas diretrizes terminológicas sugeridas por Peirce, é seu reconhecimento do papel da comunidade científica, a abertura para criação de conceitos novos quanto fizerem necessários e, principalmente, a condição evolucionária dos conceitos científicos.

Para tanto, devemos recorrer a um acordo que será possível através do teste pragmático, aplicando a máxima do Pragmatismo. Sua função principal, semelhante a preocupação encontrada na Organização do Conhecimento, é validar o conteúdo semântico de conceitos. O método pragmático consiste em determinar o significado dos conceitos a partir de suas referências experimentais em expectativas futuras. Em outras palavras, o significado de quaisquer conceitos genuínos está no futuro, pois quando apreen-

demos o significado de um termo ou expressão temos em mente o conjunto de expectativas sobre a ação deste signo em um momento futuro. Conhecer o teor semântico de um conceito, é prever qualidades e ações esperadas.

O método pragmático serve para testar a suficiência de termos e conceitos. Nesse sentido, valemo-nos do pragmatismo para compreender as relações dos signos e de seus objetos, pois conceitos que não confirmem os resultados mentais esperados dele, não passam pelo teste pragmático. O pragmatismo sustentado por Peirce, procura pôr bom termo a controvérsias e disputas sobre qual conceito é mais ou menos adequado para compreender a realidade, especialmente, no campo da filosofia.

Em uma revisão de sua máxima lançada em 1870, Peirce (2000, p. 195) explica que: “A fim de determinar o significado de uma concepção intelectual, dever-se-ia considerar quais consequências práticas poderiam conceberivelmente resultar, necessariamente, da verdade dessa concepção; e a soma destas consequências constituirá todo o significado da concepção.”

O conceito científico é uma concepção intelectual, mas diferentemente de outras concepções, esta suportaria o teste pragmático. Peirce (1972) procura discutir formas de separar conceitos pragmáticos de conceitos que não passam no teste. Sem procurar travar um debate teológico, Peirce analisa pragmaticamente o conceito de transubstanciação – a transformação do vinho em sangue e da hóstia em carne –, destacando o papel das propriedades sensíveis. No caso da transubstanciação, após o processo concluído, não se nota sensivelmente os resultados práticos esperados ou efeitos de mudança nas propriedades do vinho e da hóstia. Essa experimentação mental, realizada para verificar os resultados práticos mentalmente admitidos sobre as propriedades de um signo, é a única maneira que temos de conhecer pragmaticamente algo. Assim, “[...] quando aplicamos a máxima pragmática de Peirce ao conceito de transubstanciação, mostra-se diretamente que a ideia é desprovida de significação, pois, por sua própria definição, a transubstanciação não pode ter consequências práticas concebíveis.” (De Wall, 2007, p. 42)

Isso não quer dizer que tal vocábulo técnico da teologia não tenha nenhum sentido, mas apenas que não tem significação pragmática, pois os aspectos sensíveis concebidos por uma mente não são os mesmos descritos pela concepção. Um conceito científico ou símbolo, por outro lado, respeitando as indicações do objeto no processo de produção do interpretante, ad-

mite um exame pragmático. Nesse contexto, a concepção de Peirce é um avanço em relação a abordagem de Dahlberg (1978ab), pois para chegar ao significado de um conceito não basta relacionar todos os predicados que aludem às principais características do objeto. Além disso, uma parte importante da definição é, como reconhece Dahlberg (1978a, p. 14), considerar que um conjunto de características determina o conceito, contudo, pragmaticamente, ainda não diferenciaríamos intelectualmente as características dos objetos até que procedêssemos o teste pragmático, isto é, a busca por evidências práticas sensíveis e conceptualizadas mentalmente que confirmem os conteúdos dos juízos e dos predicados. Somente desse modo conheceríamos conceitos científicos pragmáticos e não simplesmente legi-signos, convenções sem referências necessárias aos objetos.

Outras investigações seriam úteis para conhecer a extensão da teoria semiótica de Peirce do conceito e aproximá-las as teorias sobre o conceito utilizadas na Ciência da Informação. Por ora, podemos apenas supor que uma diferença que salta aos olhos, quando comparamos com a abordagem utilizada por Dahlberg, é a sequência lógica dos procedimentos inferenciais para a extração e a descrição dos conceitos. Para Dahlberg (1978a, p. 18) a abordagem é denominada “teoria analítica dos conceitos” e fornece elementos para explicar a formação dos conceitos, o entendimento do conceito como síntese de características, descreve a origem das características dos conceitos, propõe as relações conceituais e sugere a criação de sistemas de conceitos a partir de critérios objetivos.

Contudo, acreditamos que a melhor forma de compreender essa teoria é renomeando-a para “teoria analítico-sintética dos conceitos”, pois os dois procedimentos são altamente valorizados. Essa abordagem cartesiana não se coaduna com a própria condução do pensamento científico, e uma teoria científica como a do conceito deveria seguir uma abordagem investigativa, na medida em que não reconhece o papel da geração de hipótese e seu teste na descoberta e validação de conceitos. O teste pragmático sugerido por Peirce coaduna-se com sua teoria lógica e metodológica, pois em primeiro lugar, criamos hipóteses —mesmo quanto aos conceitos— para depois deduzir consequências e conferir com a realidade indutivamente. Na pesquisa com os conceitos não seria diferente. As hipóteses, tipos frágeis de inferências, dão-nos as sugestões de qualidades e potenciais predicados dos conceitos, as quais serão confrontadas indutivamente ou por experimentação pragmática com os resultados práticos concebi-

dos, conforme sustenta a máxima do pragmatismo. Nesse sentido, sugerimos sair de uma teoria analítico-sintética que não se relaciona as evidências para uma abordagem semiótica e pragmática, subsumida na sequência inferencial hipótese-dedução-indução.

Além disso, devemos destacar uma recente contribuição para compreensão do conceito na organização do conhecimento. Friedman e Thellefsen (2011, p. 652) ao procurarem relacionar a teoria do conceito a Semiótica na organização do conhecimento, destacam que conceitos para Peirce são compreensões falíveis da realidade, e por falível quer dizer que futuras pesquisas podem corrigir o significado dos conceitos. Os conceitos constituem o mundo inteligível.

Assim, o conceito está ligado às três categorias fenomenológicas, pois nasce de uma potencialidade, depois é um existente até chegar a um conceito intelectual. Com isso, por mais paradoxal que pareça, a origem do conceito está no sentimento. O conceito é analisado sob três perspectivas do interpretante: do processo de significação, da mente interpretadora ou cognição e da comunicação pelos autores. Além disso, o conceito é um interpretante lógico (efeito de interpretação que gera hábito) é determinante para classificar o produto intelectual do conceito.

Os autores (2011, p. 657) resumem os elementos compreensíveis da noção de conceito na perspectiva peirceana: “[...] os conceitos, no sentido peirceano, são intelectuais, baseados no raciocínio (conceitos são interpretantes lógicos) e na percepção (conceitos são motivados por algo exterior de uma mente que percebe). [...] O interpretante lógico representa esses estágios provisórios que no fim (idealisticamente) podem guiar ao interpretante final, o qual é considerado o fim último ou a verdade.”

4. Considerações finais

Na prática profissional da Ciência da Informação e da Biblioteconomia é recorrente o uso, às vezes indiferenciado, das palavras conceito, termo e expressão, ressaltando sua característica principal de representar. São comuns no campo da Ciência da Informação os seguintes argumentos: a) um termo é obtido a partir do processo de indexação, é uma representação do assunto do documento; b) quaisquer elementos bibliográficos tais como autor, título e data, são essenciais para identificação do documento, constituem-se em representações das informações retiradas diretamente dos documentos; c) indexar é um processo que consiste basicamen-

te em representar assuntos a partir de conceitos; e d) a comunicação da informação na ciência dá-se por meio de conceitos.

Não obstante, nesses comentários está ausente uma discussão da natureza representacional do conceito; em outras palavras, ver o conceito a partir da Semiótica. Nesse sentido, vimos que o conceito é um símbolo e está regido pelos fenômenos de terceiridade. Um conceito na comunidade científica indica o estado do progresso do saber em determinado campo e em certa época, pois os conceitos evoluem, não apenas porque descobrimos novas estruturas de conhecimentos, mas porque a lei dos fenômenos de terceiridade é o crescimento e a evolução. As formas de organizar a informação e o conhecimento que procuram ressaltar o significado da linguagem utilizada por uma comunidade deveria reconhecer as disposições dos conceitos científicos. Nesse caso, poder-se-ia tratar uma comunidade científica como um tipo de domínio de conhecimento que manipula símbolos.

Devemos ressaltar que novas pesquisas seriam determinantes para compreender a definição de interpretante para composição do conceito. O falibilismo e a evolução da interpretação dos signos (semiose) conectam-se para explicar a dinâmica dos símbolos, e extensivamente, a vida dos conceitos. A diferença da teorização peirceana em relação a simples menção à dinâmica natural do conhecimento científico, consiste em esmiuçar a tipologia dos signos, sua ligação representacional ao pensamento e como podemos alcançar a precisão conceitual (interpretante dinâmico) em um universo em constante mudança. Por outro lado, a explicação semiótica está fundada no sistema filosófico peirceano cujo teor não cartesiano lança nova luz à nossa forma de compreender a descrição dos conceitos na organização da informação e do conhecimento. É possível que a compreensão semiótica do conceito possa sugerir métodos mais eficazes de analisar documentos, e consecuentemente, dispor de formas mais eficientes de tratar a informação.

Notas

Agradeço o apoio de FUNDUNESP e CNPq.

Referências

- Blackburn, S. (1997). Dicionário Oxford de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- Campos, M. L. de A.; Gomes, H. E. (2005). Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. // DataGramaZero. 6:6 (dezembro 2005). http://www.dgz.org.br/dez05/Art_04.htm(2011-09-22).

- Chaumier, J. (1971). As técnicas documentais. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.
- Dahlberg, I. (1978a). Fundamentos teórico-conceituais da classificação. // Revista de Biblioteconomia de Brasília. 6:1 (junho 1978a) 9-21.
- Dahlberg, I. (1978b). Teoria do conceito.// Ciência da Informação. 7:2 (1978b) 101-107.
- De Wall, C. (2007). Sobre pragmatismo. São Paulo: Loyola, 2007.
- Friedman, A.; Thellefsen, M. (2011). Concept theory and semiotics in knowledge organization. // Journal of Documentation. 67:4 (2011) 644-674.
- García Gutiérrez, A. L. (1999). Aproximación al concepto y al objeto de la información/documentación. // García Gutiérrez, A. L. (ed.). Introducción a la documentación informativa y periodística. Sevilla: Editorial MAD, 1999. 13-61.
- García Marco, F. J. (2004). Bases epistemológicas del ejercicio profesional. // Valentim, M. L. P. (Org.). Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. 9-38.
- Gardin, J. C. (1966). Éléments d'un modèle pour la description de lexiques documentaires. // Bulletin des Bibliothèques de France. 11: 5 (1966) 171-182.
- Guimarães, J. A. C. (2003). A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. // Rodrigues, G. M.; Lopes, I. L. (org). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003. 100-117.
- Izquierdo Alonso, M. (2000). Nuevos enfoques en el estudio del tratamiento documental de contenido desde los presupuestos de las ciencias del lenguaje. // Scire. 6:1 (2000) 143-163.
- Izquierdo Alonso, M. (2004). Nuevos retos en el análisis documental de contenido: gestión de la forma documental del contenido. // Scire. 10:1 (2004) 31-50.
- Izquierdo Arroyo, J. M. (1992). Cuatro trabajos en curso. // Documentación de las Ciencias de la Información. 15 (1992) 35-65.
- Izquierdo Arroyo, J. M. (1993). De la semiótica del discurso a la semiótica documental. // Moreno González, J. A. Aplicación de las ciencias del texto al resumen documental. Madrid: Universidad Carlos III, 1993. 199-216.
- Izquierdo Arroyo, J. M. (1990). La ciencia de la búsqueda documental secundaria. // Documentación de las Ciencias de la Información. 13 (1990) 87-111.
- Mai, J-E. (2001). Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process.// Journal of Documentation. 57:5 (2001) 591-522.
- Mai, J-E. (2000). The subject indexing process: an investigation of problems in knowledge representation. Austin: Faculty of Graduate School of Library and Information Science, The University of Texas, 2000. (Dissertation - Doctor of Philosophy).
- Marafioti, R. (2005). Charles S. Peirce: el éxtasis de los signos. Buenos Aires: Biblos, 2005.
- Peirce, C. S. (1972). Semiótica e filosofia. São Paulo: Cultrix, 1972.
- Peirce, C. S. (1980). Escritos coligidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- Peirce, C. S. (1998). Antología filosófica. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- Peirce, C. S. (2000). Semiótica. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- Thellefsen, T. L.; Thellefsen, M. M. (2004). Pragmatic semiotics and knowledge organization. // Knowledge Organization. 31: 3 (2004) 177-187.

Enviado: 2012-04-16. Versión corregida: 2012-07-17.

Aceptado: 2012-08-21.
